

# A repercussão no Congresso

por Walter Marques  
de Brasília

O "pacote" econômico-financeiro do governo foi recebido no Congresso Nacional com tranquilidade e, em certa medida, com satisfação pelos líderes do PDS. No PMDB, provocou a divulgação de uma nota crítica que já estava escrita antes mesmo da divulgação oficial das medidas do "pacote", tendo sido cotejada com estas últimas para evitar equívocos desagradáveis. As decisões que integram o "pacote" já eram oficialmente conhecidas tanto pelos líderes do PDS quanto pelos do PMDB. Estes, no entanto, receosos, esperaram até o último minuto para ter certeza de que a idéia de desindexar a economia havia sido derrotada e, portanto, excluída do "pacote".

José Sarney, presidente do PDS, defendeu o "pacote" do governo reportando-se às palavras do presidente da República. "As medidas podem parecer amargas, mas, como o presidente disse, se pudesse não as tomaria. Elas são necessárias em face das dificuldades econômicas, seu objetivo é combater a inflação e evitar que o desemprego atinja camadas cada vez maiores da população." Mas o presidente do PDS confirmou que o ministro Delfim Netto, na reunião com as lideranças do PDS, na quarta-feira no Palácio do Planalto, reconheceu que



José Sarney

"as medidas não são suficientes para sair da crise".

Essa insuficiência, segundo Sarney, advém do fato de que a questão da desindexação da economia e da adoção da negociação direta recebeu um tratamento político por parte do governo. "Não se poderia tomar medidas mais drásticas, pois estas representariam maiores sacrifícios para a população", disse Sarney. Para ele, "não podemos frear a inflação e ao mesmo tempo aprofundar a recessão".

Havia entre os líderes nacionais do PDS um sentimento de vitória das ponderações políticas sobre as considerações técnicas ou estritamente econômicas. Segundo uma alta fonte do PDS, o ministro Delfim Netto estava com a proposta da negociação direta dos salários acompanhada da

desindexação dos mesmos, oferecendo ao PDS um ônus inaceitável.

Foi o senador Aloysio Chaves que repetiu os argumentos de Sarney sobre a necessidade dessas medidas no combate à inflação, mas procurou ressaltar que elas não atingem os salários e que isto se deve à ação dos políticos. As lideranças, segundo Chaves, ponderaram ao ministro Delfim Netto, na tarde de quarta-feira no Palácio do Planalto, que para adotar o regime da livre negociação dos salários era preciso fortalecer os sindicatos, tratar da lei de greve e estabelecer regras que garantissem o equilíbrio das forças, senão os trabalhadores seriam pesadamente prejudicados.

Segundo Chaves, o ministro Delfim Netto procurou argumentar que inicialmente isso podia ser verdade, que haveria um certo recrudescimento das greves, os trabalhadores lutariam e teríamos "as dores do parto" — expressão, segundo Chaves, usada pelo ministro —, mas que depois de algum tempo o mercado se encarregaria de repor as coisas no seu lugar. Chaves, e com ele as lideranças do PDS, não acreditam nos benefícios imediatos da livre negociação. O líder do governo no Senado, no máximo, aceita que, depois da inflação trazida para baixo, se parta para a negociação direta e a desindexação. Antes disso, ele teme a

"muita água que passaria de baixo da ponte".

Preparada com a ajuda dos economistas Maria da Conceição Tavares e João Manoel Cardoso de Mello, a nota do PMDB afirma que "a Nação vive a crise mais profunda" de sua história. Depois de lembrar que o PMDB sempre advertiu para os desequilíbrios gerados pelo "milagre brasileiro", os riscos do endividamento externo descontrolado, "o debilitamento da empresa nacional pelas altas taxas de juros", "o grande cassino administrativo" em que se transformou o País através da especulação financeira, a nota afirma que "esta sucessão de erros e de incompetência é devida ao autoritarismo".

O PMDB afirma que a retirada dos subsídios "sobe os preços e tem um impacto, também imediato, sobre o poder de compra dos assalariados". O corte de gastos de custeio e de investimentos das estatais "representa queda global real de 30% na compra de bens e serviços do setor público, aprofunda a recessão e o desemprego". "O 'pacote' é economicamente ineficiente e socialmente injusto", diz ainda a nota do PMDB, concluindo que somente a "democratização do Estado" criará condições para que a sociedade exerça seu controle sobre o poder e se pronuncie sobre a política econômica e social.